**A Monodocência nas 5.ª e 6.ª classes do Ensino Primário em Angola: a visão dos professores**

Anacleto Isaías, Universidade de Évora, anfisaias@hotmail.com

 Marília Favinha, Universidade de Évora, mfavinha@uevora.pt

**Resumo** – O presente artigo tem o objetivo de contribuir para a análise e compreensão crítica da prática de Monodocência em comparação com o regime de Polidocência nas 5.ª e 6.ª classes, em duas escolas, uma pública outra privada, do Ensino Primário, em Angola.

As investigações revelam que as conceções dos professores acerca da diversidade cultural são confusas e redutoras; enquanto alguns adotam uma conceção etnocêntrica, problemática e preconceituosa, outros têm uma perspetiva relativista ou com excessiva valorização das diferenças.

Dada a importância atribuída ao que pensam os professores, realizámos um estudo exploratório de natureza qualitativa, envolvendo professores de diferentes anos letivos.

A Monodocência a nível das 5.ª e 6.ª classes em Angola surgiu como consequência da segunda Reforma Educativa da Angola independente, e está desajustada pelo facto de impor 9 disciplinas a um mesmo professor. Os resultados desta investigação poderão contribuir para que sejam repensados estes modos de trabalho e encontrar modelos mais adequados em torno destas práticas.

**Palavras-chave** – Sistema de Educativo em Angola, Ensino Primário, Monodocência, Polidocência, Perceção e Representação dos professores.

**1. Introdução**

As questões da educação em Angola são muito complexas e encontram-se em pleno processo de transição. Sendo esta uma das principais razões para as constantes mudanças do sistema educativo, mudanças essas que geram globalmente grandes oportunidades e grandes desafios.

Angola enfrenta ainda o combate à iliteracia, à redução das assimetrias educacionais, à redução da taxa de analfabetismo e promove a reconstrução do sistema educativo e a escassez de recursos educativos, entre outros.

É necessária uma reflexão com todos os atores envolvidos na comunidade educativa,  principalmente a dos professores, pois na atual escola pública de Angola o papel do professor, enquanto agente educativo, tem em vista uma melhoria significativa da qualidade da educação no País.

O problema desta investigação surge com o facto de como é visto pelos professores a prática da Monodocência ao nível da 5.ª e 6.ª classes, bem como as suas vantagens e desvantagens em relação à Polidocência.

A Monodocência é um regime educativo em que um mesmo educador, se ocupa de um grupo de alunos, dando-lhes todas as disciplinas necessárias para a sua formação. Noutros termos, na Monodocência existe apenas um único professor que assegura todas as áreas disciplinares.

Pretendemos com este estudo verificar se há ou não contribuição da Monodocência na melhoria da qualidade de ensino que se pretende assegurar, como resultado da segunda reforma educativa da Angola independente.

Na perspetiva de monodocência, o professor único não se justifica por ser polivalente mas, sim, porque é considerado um especialista em todas as áreas do currículo. Mas será que é? O que este docente possui, do nosso ponto de vista, é uma preparação genérica, dos conteúdos tendo em vista o carácter básico, ou estruturante, do primeiro nível da escolaridade obrigatória.

Para que o professor seja valorizado dentro do contexto da Monodocência do ensino primário, a sua formação não lhe deve proporcionar uma especialidade voltada só para duas disciplinas. Em Angola, a Monodocência pratica-se no ensino Primário do subsistema do ensino geral, no subsistema do ensino pré-escolar e na fase primeira do subsistema do ensino de adultos (alfabetização). Em todos os outros níveis e subsistemas pratica-se a polidocência.

Esta investigação foi realizada a professores das 5.ª e 6.ª classes em duas escolas primárias, sendo uma delas privada, o Colégio Joaquina e Sumbe, que é uma instituição educacional privada para o Ensino Geral, e a outra pública, a escola n.º 5003 (Escola Paiva Domingos da Silva), que é um estabelecimento público de educação.

Optámos por uma temática que estivesse ligada à realidade do nosso país, com grande preocupação pelo que é hoje o Sistema Educativo e as práticas de Monodocência e Polidocência.

**1.1 O Sistema Educativo em Angola**

Angola como país independente não tem mais de 38 anos de existência, portanto, a Educação de Angola está sempre presente nos programas educativos de Portugal desde o tempo da sua descoberta, ou seja, tempo durante o qual Angola foi parcela pertencente ao Ultramar português (Carvalho, 2011).

O fim da era colonial e do período Salazar/Caetano que, com o advento do Estado Novo, deu à educação uma feição mobilizadora da ideologia, e o quinto e último período é o da Angola independente que começa em 1975 até aos presentes dias, (Mineiro, 2007).

Benedito (2012) assinala datas importantes no século XX, ao referir que " surgiu o Liceu Salvador Correia (1919); a Direção dos Serviços de Instrução (1926); A Reorganização da Instrução Primária na Colónia de Angola (1927), a Organização dos Serviços de Instrução Pública da Colónia de Angola (1929); o Conselho de Instrução Pública (1932); a Reorganização do Ensino Primário (1933); a Secretaria Provincial de Educação de Angola (1964) e a instituição do Ministério de Educação, em 1975, altura em que foi proclamada a Independência de Angola.” (p. 97). Angola independente já conheceu duas Reformas educativas. A primeira data de 1980, serviu para se afastar do sistema seguido pelo governo português, antes de libertar o território, já que a nova realidade cingia-se com o sistema político-económico dos países da Europa do leste e de Cuba.

Nguluve (2010) declara "de acordo com o Decreto nº 40/80 de 14 de maio o sistema educacional em vigor desde 1978 constituía-se em subsistemas que compreendiam as seguintes etapas: Educação pré-escolar; Ensino Básico; (de três níveis - o primeiro da 1ª a 4ª classe; o segundo da 5ª a 6ª classe e o terceiro da 7ª a 8ª classe). Ensino Médio (dividido em técnico e normal); Ensino Superior (bacharelato até ao terceiro ano e a licenciatura até ao quarto ou quinto ano, dependendo do curso); ensino e alfabetização de adultos" (p. 67). Vale ressaltar que durante esse regime, a Monodocência só se praticava no primeiro nível do Ensino Básico, isto é, da 1ª à 4.ª classe.

Este sistema educativo era laico, gratuito e centralizador. O país estava em guerra civil longa e atroz. A sobrevivência dos cidadãos não era obra do acaso. Os termos como gratuitidade e igualdade não passaram de farsas demagógicas e logo se verificou que o Sistema educativo estava a adiar o futuro do país. Em 1986, o governo ordenou um Diagnóstico do Sistema cujos resultados foram claros em esclarecer que algo corria mal (Mineiro, 2007).

Em 31 de Dezembro de 2001, o Parlamento publica a Lei nº 13, que modificou todo o figurino educativo, servindo assim de Lei de Bases do Sistema Educativo de Angola, sistema que também viria a ser centralizado, laico e gratuito, mas desta vez em moldes mais consentâneos com a realidade em que se deve viver. A Lei nº 13/01 serviu de ponto de partida da segunda Reforma Educativa do Ensino em Angola independente, que entrou em vigor em 2004.

O atual Sistema educativo angolano é teoricamente laico, integrante, democrático, gratuito e obrigatório a nível do Ensino Primário e do tipo centralizado coordenado.

O n.º 1 do artigo 10º da Lei 13/01 ou LBSE (2001) informa que a educação em Angola realiza-se através de um sistema unificado constituído pelos seguintes subsistemas de ensino: Subsistema de Educação Pré-Escolar, Ensino Geral, Ensino Técnico Profissional, Formação de professores, Educação de adultos e do Ensino Superior. Cada um destes Subsistemas, à exceção do Ensino Superior, tem uma Direção Nacional a nível do Ministério de Educação Nacional.

Os organismos centrais dos serviços de educação em Angola são o Ministério do Ensino Superior e o Ministério de Educação Nacional. O Ministério do Ensino Superior de Angola é um órgão do Governo Central, recentemente criado. O Ensino Superior foi tutelado primeiro pelo Ministério de Educação e Cultura depois pelo Ministério de Ensino Superior Ciência e Tecnologia e, na ultima remodelação ministerial havida em 2011, criou-se o Ministério de Ensino Superior propriamente dito, constituindo a Ciência e Tecnologia uma outra pasta Ministerial. O Ministério do Ensino Superior coordena todo o ensino de alto nível que se processa em Universidades, Institutos Superiores, Escolas Superiores e Academias estatais ou privadas.

O Ministério da educação é constituído por Gabinetes, Direções Nacionais e Institutos Nacionais, tal como se apresenta no esquema que se segue:

*Organograma 1* – Constituição do Ministério da Educação em Angola

*Fonte*: Lei n.º 13/01 de 31 de Dezembro da LBSE

**1.2 O Ensino Primário**

Este nível de ensino, bastante diferente do da reforma anterior,  que ia da 1.ª à 4:ª classe, comporta no atual sistema seis anos de estudos, isto é, da primeira à sexta classe, e continua a ser o único nível obrigatório de acordo com o artigo 8.º da LBSE (2001). É gratuito segundo o artigo 7.º da mesma LBSE. A gratuitidade consiste na “isenção de qualquer pagamento pela inscrição, assistência às aulas e material escolar", e isto  é válido tanto para o ensino geral como para o subsistema de educação de adultos.

De acordo com o artigo 18.º da LBSE (2001), indicam-se os seguintes objetivos específicos do ensino primário: “a)  Desenvolver e aperfeiçoar o domínio da comunicação e da expressão; b) Aperfeiçoar hábitos e atitudes tendentes à socialização; c) Proporcionar conhecimentos e capacidades de desenvolvimento das faculdades mentais; d) Estimular o espírito com vista ao desenvolvimento da criação artística; e)  Garantir a prática sistemática de educação física e de atitudes gimno-desportivas para o aperfeiçoamento das habilidades psicomotoras.

Com a LBSE de 31 de Dezembro de 2001 o ensino primário foi estendido até a 6.ª classe e sob o regime da Monodocência. Ou seja, as 5.ª e 6.ª classes têm nove disciplinas cada, que são: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências da Natureza, História, Geografia, Educação Musical, Educação Física, Educação Moral e Cívica e Educação Manual Plástica. Aqui reside a problemática deste nosso estudo, se a Monodocência nas 5.ª e 6.ª classes é ou não vantajosa no sistema educativo de Angola.

**1.3 A Monodocência em Angola**

A Monodocência é um regime educativo em que um mesmo educador, monitor, professor ou mestre, se ocupa de um certo grupo de educandos,alunos, estudantes ou seminaristas, dando-lhes todas as disciplinas necessárias para a sua formação. Como em outros países, em Angola, na Monodocência a responsabilidade também é atribuída a um só indivíduo, o professor. A Monodocência é praticada, obviamente, no Ensino Primário do subsistema do Ensino Geral, onde a maioria dos educandos são crianças e adolescentes. Também se pode afirmar que no subsistema de Ensino de adultos se aplica a Monodocência nos primeiros anos da alfabetização.

Em Angola, a Monodocência sempre existiu. Entre 1961 e 1976, os chamados monitores escolares, não "professores", como os formados na Escola do Cuima, eram competentes para lecionarem as quatro primeiras classes numa mesma sala de aula, tendo apenas a 4.ª classe como habilitações literárias e uma formação pedagógica básica. Tinham planos de aulas; seguiam à risca os programas e o calendário escolar; sabiam ensinar canções infantis e jogos escolares, que faziam parte dos currículos das disciplinas de musica e educação física; estavam preparados para impor a higiene escolar e resolver questões associadas aos primeiros socorros.

Como o ensino primário  constitui a base de todo o esquema educativo de um país, a variante "melhoria de qualidade e eficácia de ensino" tem como variante independente a variante "valorização do professor". E para que o professor seja valorizado dentro do contexto da Monodocência  do ensino primário, a sua formação não lhe deve proporcionar uma especialidade voltada só para duas disciplinas, evitando-se assim que ele ganhe aversão ao dito regime da  Monodocência.

A reforma educativa em vigência desde 2004 adicionou a 5.ª e 6.ª classe do Ensino Primário, e em 2008 estendeu a monodocência até à 6.ª classe. A extensão da Monodocência para a 5.ª e  6.ª classe, tornou-se polémica, uma vez comporta nove disciplinas curriculares e os professores são especializados apenas em duas disciplinas (Samuels, 2011).  Ou seja,  um professor especializado em Ciências Naturais e Biologia, por exemplo, devia ensinar estas disciplinas em todas as classes em que elas fazem parte do currículo, dentro da mesma Escola. É óbvio pensarmos que um professor especializado nesta duas disciplinas tenha dificuldades em ensinar Matemática e Educação Física, disciplinas essas que a Monodocência lhe exige dar.

Segundo Zau (2005) "na Angola independente há um docente com a 12.ª classe, formado pelo Instituto Médio Normal de Educação Garcia Neto, na especialidade de Geografia e História, que é professor do ensino primário, tem solicitado explicações de Matemática a um estudante da Faculdade de Ciências para poder dar aulas aos seus alunos da 1.ª classe à 6.ª classe”.

Um dos grandes problema da Monodocência reside na falta de coragem do professor em admitir que tem falta de competências para lecionar todas as disciplinas na 6.ª classe, por exemplo. Deve-se reconhecer que a Monodocência é uma variável  dependente,  que tem como variável independente a formação e preparação de professores.  Esta é uma realidade que nunca deve ser escamoteada mas sim vivida e reconhecida por todos os responsáveis do setor educativo de Angola. Segundo Teixeira (2011), " os efeitos a longo prazo da Monodocência é uma das bandeiras da reforma educativa, que ainda estão por se erguer. Mas não é complicado adivinhar o que se espera". (p.58).

A preparação dos docentes a partir das Escolas de Magistério Primário aparenta ter alguma sustentabilidade e confiança. O mesmo se diria em relação aos professores preparados nas Escolas de Formação, os quais são à partida preparados para a polidocência. Tal como refere Nóvoa (2009), "não há ensino de qualidade, nem reforma educativa, nem pedagógica, sem uma adequada formação de professores " e, concomitantemente a esta afirmação, Zau (2005), acrescenta "que este modelo de formação de recursos humanos ainda falha se houver falta de materiais didáticos adequados, falta de formação pedagógica apropriada, falta de vontade política, falta de apoio das populações e das diferentes elites existentes no país”(p. 107).

Pode-se dizer que os esforços que estão a ser envidados nas Escolas de Formação de Professores só darão resultado palpável num futuro próximo, caso a complexidade educacional, social e até cultural do país evolua para o melhor.

**2. O Estudo**

**2.1. Questões de Investigação**

Em torno da questão principal, **qual a visão dos professores sobre a prática de Monodocência ao nível da 5.ª e 6.ª classes** **do Ensino Primário em Angola?** Pretendemos responder às seguintes questões de investigação:

1. Qual ou quais a(s) formações pedagógicas complementares à formação inicial que os professores possuem?
2. A formação que os professores adquiriram ao longo dos anos, preparou-os para lecionar essa(s) disciplina(s)?
3. O nível de conhecimentos que os professores possuem vai de encontro aos requisitos estipulados pelo sistema educativo vigente no país?
4. Qual a opinião dos professores em relação à Monodocência?
5. Qual ou quais as vantagens da Monodocência nas 5.ª e 6.ª classes?
6. A Monodocência ao nível da 5.ª e 6.ª classe em Angola deve continuar a ser implementada conforme a legislação vigente?
7. Em que anos o professor considera, que os alunos devem passar para um regime de Polidocência?
8. Os programas curriculares adequados às necessidades reais do ensino?
9. Qual o número de disciplinas a serem lecionadas que considera ser adequado a este regime de ensino? Quais?
10. O fator inovação é uma constante nos nossos Sistemas Educativos?

**2.2. Método**

Para este trabalho optámos por um estudo exploratório e descrito (Samara & Barros, 2002; Mattar, 2005), de natureza qualitativa (Guba & Lincoln, 1994), que consistiu na aplicação de entrevistas aos professores, quanto aos regimes de Monodocência e Polidocência. Dada a importância atribuída ao que pensam os professores, optámos por realizar um estudo de natureza qualitativa, através de entrevistas, envolvendo professores de diferentes anos letivos, nomeadamente da 5.ª e 6.ª classe, de duas escolas, uma pública, outra privada pela sua distinção enquanto instituições de ensino e para que pudéssemos contribuir para uma compreensão profunda e detalhada das interações e das práticas de Monodocência e Polidocência no novo sistema de ensino Angolano.

**3. Principais resultados**

Os professores entrevistados são na sua esmagadora maioria do sexo feminino, seguindo a tendência de outros países, nomeadamente Portugal, em que se pode perceber o maior interesse ou possibilidade de continuidade dos estudos entre as mulheres (Santos, 2011, p.33-38). Metade dos entrevistados são Licenciados outra metade do corpo docente entrevistado ainda não possui habilitação superior. Quanto à área de formação dos entrevistados, observámos que a maioria tem formação na área de Psicologia Educacional e em Contabilidade e Finanças. A escolha da profissão vincula-se a representações acerca das possibilidades oferecidas pelo mercado de trabalho, ao “status” da profissão e a ganhos financeiros, como indica Schwartzman (1992). Contudo, o fato de terem licenciaturas nestas áreas não impede estes professores de serem versáteis e se adaptarem a este sistema de ensino. A maioria dos professores entrevistados lecionam na 5.ª e 6.ª classes.

Relativamente à formação pedagógica complementar seis dos oito participantes frequentaram formação. Todos consideraram serem muito importantes estes complementos de formação e aplicam os conhecimentos adquiridos no de curso das suas funções. Em termos das disciplinas lecionadas concluiu-se que existem algumas diferenças entre o ensino privado e o ensino público. No ensino privado os docentes lecionam todas as disciplinas, excetuando Educação Musical, pois a Direção da escola decidiu contratar um professor desta área específica. No ensino público, todos os docentes lecionam todas as disciplinas relativas à monodocência. Desta forma os entrevistados referiram que não se encontram totalmente preparados pois existem disciplinas com carácter mais técnico onde sentem que não dominam todas as especificidades das disciplinas.

O seu nível de conhecimentos por vezes não é suficiente para lecionarem algumas disciplinas. Existem disciplinas com carácter mais técnico onde sentem que não dominam todas as especificidades das disciplinas. O Sistema Educativo do País exige que o professor seja versátil.

Todos os entrevistados referiram a dificuldade que sentem ao lecionar nove áreas diferentes, cada uma com a sua área de conhecimentos específicos; os professores são unânimes em reconhecer que não dominam de igual modo todas as áreas disciplinares, uma vez que a sua formação é apenas numa área. Adverte um dos docentes que antes de se ter implementado este regime de monodocência dever-se-ia ter formado, em primeiro lugar, os professores.

Sobre as vantagens da monodocência na 5ª e 6ª classe a opinião dos entrevistados foi pouco auspiciosa, a mais relevante, e que é geral, é o conhecimento que o professor tem sobre o aluno, uma vez que é possível em regime de monodocência o mesmo professor acompanhar a mesma turma desde a 1ª classe até à 6ª classe.

Apenas um dos entrevistados concorda com a monodocência na 5ª e 6ª classe todos os outros são a favor da Polidocência a partir da 5ª classe.

Os entrevistados consideram que o programa está adequado. Contudo, pensam que alguns destes programas estão desatualizados e que as disciplinas a serem lecionadas deveriam ser as mesmas que são dadas no regime de monodocência. As disciplinas fundamentais adequadas a este regime de ensino são: Língua Portuguesa, Estudo do Meio, Matemática, Educação Manual e Educação Física.

Relativamente ao fator inovação ser uma constante no Sistema Educativo Angolano apenas um entrevistado acha que deveria ser implementado um novo sistema com base na realidade angolana; todos os outros concordam com o fator inovação ser constante no sistema educativo de Angola.

**4. Conclusões**

O Sistema Educativo em Angola está no seu processo dinâmico da implementação da segunda reforma educativa. São visíveis os esforços envidados pelos dignitários da educação visando a melhoria da qualidade de ensino, a expansão da rede escolar; a melhor eficácia e a equidade do sistema de educação.

A reforma que se processa em torno da Lei n.º 13/01, de 31 de Dezembro, está em curso e a sua avaliação termina em 2015, ano em que a quarta e última fase tem o seu fim. É inseguro aventar hipótese de que ela está a fornecer resultados esperados, porque a sociedade em geral e o meio rural em especial continuam insatisfeitos com o que observam do processo educacional do pais.

A Reforma não impôs uma estratégia de atrair e persuadir o professor bem preparado a trabalhar nas áreas pobres, que são a maioria. Estas áreas encontram-se no campo e nos arredores dos centros urbanos. E, naturalmente, são as que albergam maior parte de crianças e adolescentes que o país possui.

O ensino privado, em certos casos, apresenta uma melhor eficiência, mas a sua reclamação financeira só é absorvida por muito poucas famílias. Os efeitos da guerra, que terminou há pouco mais de dez anos, ainda se fazem sentir e o povo é, em geral, maioritariamente pobre. O meio rural enfrenta duas grandes dificuldades: uma prende-se com a falta de assiduidade dos professores, que chegam a faltar quatro dias por semana; outra com falta do material escolar, que os pais pouca resposta conseguem dar. Os alunos normalmente desistem por uma razão ou por outra ou ainda pelas duas razões.

Nas 5.ª e 6.ª classes são naturalmente raras no meio rural, porque são numericamente poucos os alunos que atingem a 4.ª classe. Por outro lado, os professores que poderiam abarcar com a carga semanal duma 5.ª ou 6.ª classe são quase todos absorvidos no meio urbano. Duma forma geral, quer a Lei 13/01, de 31 de Dezembro, quer a reforma em vigência, protegem muito pouco o ensino do meio rural do país. À distancia bem se pode ver que os legisladores só estavam voltados para a educação dos meios urbanos.

O progresso pressupõe dinamismo e a demanda da perfeição é uma constante da vida. Esperam-se projetos que irão colmatar lacunas existentes, permitindo-se assim um vaticínio de uma educação melhor para todos.

A Monodocência a nível das 5.ª e 6.ª classes em Angola surgiu como consequência da segunda Reforma Educativa da Angola independente. Como parece desajustada, à partida, pela sua feição de impor nove disciplinas a um mesmo professor, de uma forma democrática procurou-se compreender junto do professor, que é o executor da ordem regulamentada pela Reforma, qual é a sua legítima opinião e qual é sua apreciação pessoal, ante esta imposição reformativa, o que nos permitiu formular um juízo de valor.

Pode-se concluir com este estudo, que relativamente à formação pedagógica inicial e complementar estas são indispensáveis, uma vez os conhecimentos adquiridos vão sempre ser aplicados no decurso das suas funções.

Existem algumas diferenças entre o ensino privado e o ensino público. No ensino privado os docentes lecionam todas as disciplinas excetuando Educação Musical, pois a Direção da escola, em particular, decidiu contratar um professor desta área específica. No Ensino Público todos os docentes lecionam todas as disciplinas relativas à Monodocência. Por este motivo os professores não se encontram totalmente preparados pois existem disciplinas com carácter mais técnico onde sentem que não dominam todas as especificidades das disciplinas.

Os professores apresentam muitas dificuldades em lecionar as nove áreas diferentes, cada uma com os seus conhecimentos específicos, pelo facto de na sua formação base não terem sido preparados.

Uma das vantagens da Monodocência é que o professor conhece melhor os seus alunos, uma vez que os acompanha desde a 1ª classe até à 6ª classe se este fosse o caso. Na prática os alunos mudam de professores quando mudam de classe. Contudo a Polidocência é considerada vantajosa a partir da 5ª classe. O conceito de Polidocência está sempre ligado a transformações no papel do professor e organização do processo de ensino-aprendizagem. O campo de atuação do trabalho do docente está associado a um “Trabalho Coletivo”. Acreditamos que a Polidocência seja o melhor, quer para professores quer para alunos no que respeita ao processo de ensino-aprendizagem, pois implica ao professor a alunos o aprofundar de saberes. Entretanto, continuam a ser responsabilidades do professor a escolha do conteúdo específico da disciplina e as metodologias adotadas.

Neste contexto, também muda a relação entre professor e aluno, em que ambos assumem uma relação diferenciada diante do processo de ensino-aprendizagem. Uma relação mais parceira e baseada no diálogo, distanciando-se da relação mais centrada no professor que ensin passivamente, diversas matérias lecionadas no mesmo espaço físico. A base de conhecimentos não é imutável, que implique uma construção contínua.

O Sistema Educativo Angolano deve ser regenerado, e nele devem ser introduzidas inovações nos currículos e programas escolares, sem criar as estruturas de sustentabilidade das mesmas, com o objetivo de produzir resultados de glória efémera que contribuam para a qualidade da formação dos indivíduos e para o desenvolvimento da sociedade.

**Agradecimentos**

Agradeço à minha orientadora, Professora Doutora Marília Evangelina Sota Favinha, por me ter acompanhado ao longo de todo o meu trabalho de mestrado com uma prodigiosa atenção, simplicidade e sapiência. Culta e religiosa, a Doutora Favinha nunca mistura o trigo com o joio, apenas se dedica ao seu trabalho, que procura fazer com muito alento.

Agradeço, igualmente, à Universidade Metodista de Angola, por envidar esforços atinentes à concretização deste mestrado em Ciências de Educação, na Especialidade de Administração e Gestão Educacional.

**Referências bibliográficas**

Carvalho, R. (2011). *História do Ensino em Portugal desde a Fundação da Nacionalidade até ao Fim do Regime de Salazar – Caetano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Governo da República de Angola, (2001). *Estratégia Integrada para a Melhoria do Sistema de Educação. Ministério da Educação e Cultura, Ministério do Planeamento e Secretariado do Conselho de Ministros*. Luanda: Ministério da Educação e Cultura.

Guba, E., & Lincoln, Y. (1994). “Competing paradigms in qualitative research”. In N. Denzin & Y. Lincoln (Eds). In *Handbook of qualitative research* (pp. 105-117). London: Sage.

Guerra, I. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo. Sentidos e formas de uso*. Cascais: Principia Editora.

INIDE, (2009). *Informação sobre a Implementação do Novo Sistema de educação. Reforma Educativa do Ensino Primário e Secundário*. Inclui a Lei de bases e o Decreto de lei n.º 2/05. Ministério da Educação da República de Angola. Luanda: INIDE.

LBSE, (2001). *Lei De Bases Do Sistema Educativo*. Lei n.º 13/01 de Dezembro. Luanda: Assembleia da República.

Mineiro, A. C. (2007). *Valores e Ensino no Estado Novo. Análise dos Livros Únicos*. Lisboa: Edições Sílabo.

Nguluve, A. K. (2010). *Educação Angola: Políticas de Reformas do Sistema Educacional*. São Paulo: Biscalchin Editor.

Nóvoa, A. (2009). Professores – imagens do futuro presente. Lisboa: Educa.

Samarra, B. & Barros, C. (2002). *Pesquisa de marketing: conceitos e metodologia*. São Paulo: Prentice Hall.

Samuels, M. (2011). *Educação ou Instrução: A História do Ensino em Angola [1878-1914]*. Luanda: Mayamba.

Santos, S. (2011). *Burnout e as Diferenças de Género em Professores*. [tese de mestrado] Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa: Faculdade de Psicologia.

Schwartzman, S. (1995). “*A trajetória acadêmica e profissional dos alunos da US”P. In Os estudantes de Ciências Sociais*. São Paulo: NUPES.

Teixeira, R. (2011). *Angola - História do Batalhão de Caçadores 109 (1961/1963)*. Lisboa: Ediliber, Lda.

Zau, F. (2005). *O Professor do Ensino Primário e o Desenvolvimento dos Recursos Humanos em Angola (uma visão perspetiva)*. [tese de doutoramento].Especialidade em Educação Multicultural e Intercultural. Ciências da Educação. Lisboa: Universidade Aberta.